



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1001463-23.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Santander (Brasil) S/A**
 Requerida : **FERNANDA MICHELLE DUARTE DA SILVA**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Banco Santander (Brasil) S/A move ação em face de **FERNANDA MICHELLE DUARTE DA SILVA**, dizendo que em 22.07.2008 celebrou com a ré contrato de nº 860002377640, no valor de R\$ 35.179,93, a ser pago em 60 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 980,61 cada uma, vencendo-se a primeira em 22.08.2008 e a última em 22.07.2013. A ré deu em garantia fiduciária ao autor o veículo Citroen, tipo C4, ano de fabricação e modelo 2007, placas KUV-4583. A ré deixou de pagar desde a parcela de nº 18, vencida em 22.01.2010. Foi constituída em mora. Pede liminarmente a busca e apreensão do veículo, bem como a procedência da ação para consolidar em favor do autor a posse e domínio do bem, condenando-se a ré ao pagamento de honorários advocatícios e custas. Documentos às fls. 29/40. A liminar foi concedida e o veículo apreendido à fl. 50, tendo a ré sido citada à fl. 49.

Contestação às fls. 120 e seguintes alegando ter havido no final de 2010 novação objetiva, por escrito, extinguindo o anterior contrato. Este não tem validade e nem eficácia para propositura da ação ora contestada. Do primitivo contrato a ré pagou 17 parcelas. Do contrato novado, que estabeleceu plano de amortização da dívida em 48 parcelas de R\$ 700,00 por mês, com uma entrada de R\$ 2.000,00, a autora já quitou além do valor da entrada mais 30 prestações mensais. Até hoje não recebeu do réu cópia do contrato da novação. O autor omitiu na inicial ter recebido o valor da entrada e das 30 parcelas de R\$ 700,00 cada uma. Os encargos moratórios cobrados nesta ação extrapolam em muito os limites legais. Pede a improcedência da ação, declarando-se nula a aplicação da TR, taxas e multas, compelindo-se o autor a lhe restituir os valores em excesso recebidos.

A ré apresentou a reconvenção de fls. 51/54 dizendo que a dívida referida na inicial foi objeto de novação objetiva, tanto que o novo contrato foi firmado para ser



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

pago em 48 parcelas de R\$ 700,00, por mês. Nulo o contrato originário, não podendo ser utilizado para o exercício da pretensão constante da inicial. Pela conduta do reconvindo, sofreu danos morais. Caso deixe de exibir o instrumento da novação, deverá ser condenado a restituir à reconvinte o dobro do valor recebido desta. Pede a procedência desta reconvenção para condenar o reconvindo a pagar à reconvinte indenização por danos morais, valor a ser apurado em liquidação de sentença. O reconvindo deverá ser compelido a exibir o instrumento da novação, além de ser condenado ao pagamento d custas e honorários advocatícios. Documentos às fls. 58/67.

O reconvindo contestou às fls. 173/181 dizendo que a matéria tratada na reconvenção não está autorizada pela legislação de regência. Na ação principal, a reconvinte foi constituída em mora, fato que deu ensejo à propositura da ação de busca e apreensão. A reconvinte deixou de purgar a mora no processo principal. Não ocorreu dano moral algum para a reconvinte. Improcede a reconvenção.

Réplica às fls. 192/193.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do art. 330, do CPC. A prova essencial é a documental e consta dos autos. A dilação probatória apenas protrairia o momento da prestação jurisdicional sem acrescentar algo de útil ao acervo probatório.

As partes celebraram originariamente contrato de financiamento de nº 860002377640, no valor de R\$ 35.179,93, a ser pago em 60 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 980,61 cada uma, vencendo-se a primeira em 22.08.2008 e a última em 22.07.2013, cuja garantia fiduciária recaiu sobre o veículo Citroen, tipo C4, ano de fabricação/modelo 2007, placas KUV-4583, cuja CCB que retrata esse negócio consta de fl. 29/32.

A ré foi notificada extrajudicialmente à fl. 35 por não ter pago desde a 18ª prestação desse contrato, vencida em 22.01.2010.

Acontece que a ré sustentou que o contrato de fls. 29/32 foi extinto por força de novação objetiva, conforme inciso I, do art. 360, do Código Civil. De fato, o instrumento da novação consta de fls. 200/203. Desde esse negócio jurídico surgiu novo contrato e que recebeu o número 00336415860002377640863501-BRL, cujo item 1.1 da cláusula 1ª (fl. 200) estabeleceu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

de modo claro e inconfundível a ocorrência da novação. Pela cláusula 7ª, letras "a" e "b" (fl. 201), novo valor do financiamento, número de parcelas e valor diferente (R\$ 700,00 por mês) foram fixados.

A ré comprovou às fls. 82/112 que pagou 30 parcelas do novo contrato-novação. A constituição em mora efetivada às fls. 35/36 mostrou-se inválida e ineficaz já que se baseou em contrato extinto. A própria garantia fiduciária foi estabelecida de modo autônomo no contrato de fls. 200/203.

Portanto, o autor é carecedor de ação, desprovido que estava e está do interesse de agir já que aforou a demanda embasado em contrato extinto e em notificação extrajudicial inválida e ineficaz. Pagará à ré, 15% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa, além das custas do processo. Revogo a liminar de busca e apreensão do veículo, determinando que o autor, em 5 dias, entregue para a ré o veículo que foi objeto da busca e apreensão efetivada através da diligência documentada pelo auto de fl. 50, ocorrida em 12 de março de 2014. Caso o autor já tenha alienado esse veículo, em leilão público, terá que exibir nos autos cópia da respectiva nota fiscal dessa venda e depositar, a título de multa, 50% do valor originalmente financiado (50% de R\$ 65.000,00, conforme fl. 29), devidamente atualizado desde a data do contrato utilizado pelo autor nestes autos, datado de 22.07.2008 (fl. 29), cálculo a ser elaborado nos termos do § 2º, do art. 475-B, do CPC.

RECONVENÇÃO: a reconvinte apresentou na reconvenção de fls. 51/54 fatos configuradores da afronta à sua dignidade. Com efeito, o contrato originário foi alvo de novação e esse fato foi ignorado pelo reconvindo. A temerária demanda causou intensos impactos à psique da reconvinte, pois o contrato originário tinha sido extinto e não podia ser utilizado para os fins pretendidos por ele reconvindo. Sérias consequências advieram para a reconvinte: perdeu o exercício da posse do veículo, fato que repercutiu intensamente no seu dia-a-dia, causando-lhe enormes transtornos que afetaram o seu ânimo.

A multa do parágrafo 6º, do art. 3º, do Dec-Lei 911, referida na ação principal, não impede que a indenização por danos morais à reconvinte seja desde já arbitrada. Não há necessidade da fase de liquidação para esse arbitramento. Por economia processual deve o juiz arbitrá-la desde já, uma vez que é possível identificar o valor apropriado para a compensação dos danos morais experimentados pela reconvinte. Arbitro-a no valor de R\$10.000,00, suficiente tanto para essa compensação quanto para sensibilizar o reconvindo a não reincidir nessa prática.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

JULGO: a) extinto o processo principal, sem resolução de mérito, nos termos do inciso VI, do art. 267, do CPC. Revogo a liminar de busca e apreensão do veículo, determinando que o autor, em 5 dias, entregue para a ré o veículo que foi objeto da busca e apreensão efetivada através da diligência documentada pelo auto de fl. 50, ocorrida em 12 de março de 2014. Esta sentença servirá como carta AR de intimação do autor para, em 5 dias, cumprir a determinação supra. Caso o autor já tenha alienado esse veículo, em leilão público, terá que exibir nos autos cópia da respectiva nota fiscal dessa venda e depositar, a título de multa, 50% do valor originalmente financiado (50% de R\$ 65.000,00, conforme fl. 29), devidamente atualizado desde a data do contrato utilizado pelo autor nestes autos, datado de 22.07.2008 (fl. 29), cálculo a ser elaborado nos termos do § 2º, do art. 475-B, do CPC; condeno o autor a pagar à ré, 15% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa, com reajuste monetário desde o seu ajuizamento, custas do processo e as de reembolso. b) **PROCEDENTE** a reconvenção para condenar o reconvindo a pagar à reconvinte, indenização por danos morais no valor de R\$10.000,00, com correção monetária a partir de hoje, juros de mora de 1% ao mês contados desde a intimação do reconvinte para contestar a ação secundária, bem como 10% de honorários advocatícios sobre o valor dessa condenação e custas do processo. Para fins de recurso, o preparo deverá ser feito sobre o valor desta condenação.

Depois do trânsito em julgado, a ré-reconvinte terá 10 dias de prazo para formular o requerimento da fase do art. 475-B e J, do CPC. Antes, porém, o autor terá 10 dias de prazo para exibir cópia da nota fiscal de venda do veículo objeto da garantia fiduciária, caso já o tenha alienado. Depois de apresentado o requerimento, intime-se o autor-reconvindo para, em 15 dias, pagar o montante da condenação, sob pena de multa de 10%. Findo esse prazo sem que haja pagamento, diga a ré-reconvinte quais os bens do autor-reconvindo a serem penhorados.

P.R.I.

São Carlos, 27 de agosto de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA